

### Índios pedem indenização ao Planalto

Cerca de 60 índios caiapós de 16 aldeias do sul do Pará e norte do Mato Grosso, foram ontem ao Palácio do Planalto pedir 50 mil dólares (cerca de Cr\$ 1 bilhão) para cada uma das aldeias. Os caiapós querem o dinheiro como indenização contra a proibição de corte de madeira em reservas indígenas. Eles entregaram ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, uma carta onde explicam que os madeiros não querem mais comprar madeira nobre — principalmente mogno explorada nas reservas.

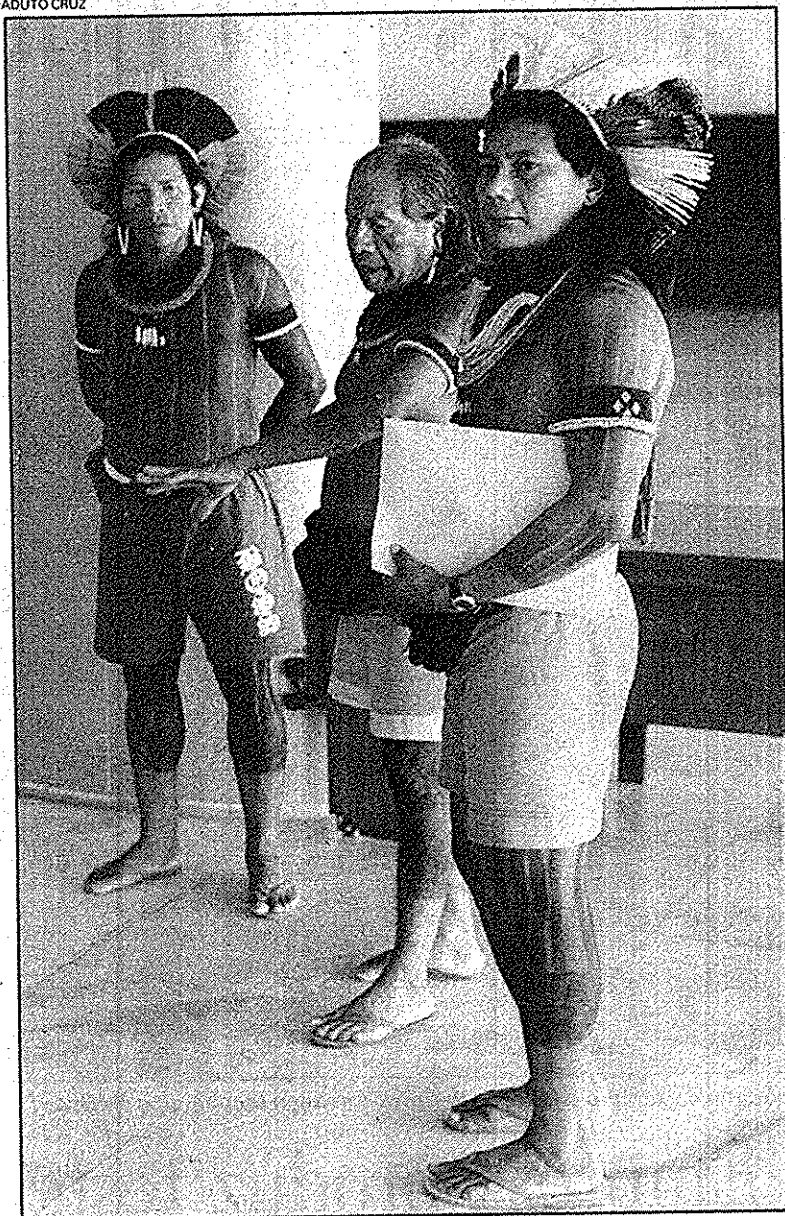
A proibição de corte de madeira em reservas indígenas está prevista na Constituição e foi reforçada por uma decisão da Justiça Federal de Brasília. O cacique Akiabom, da aldeia Cubencraquê, disse que com o dinheiro da madeira os índios pagavam remédios e tratamento médico.

Na carta, explicam que pediram em dólar porque "o homem branco que vende as coisas para os índios sempre cobra mais caro", e todas as coisas são negociadas em dólar. Não foi especificado se os 50 mil dólares seriam entregues mensal ou anualmente. Como alternativa ao dinheiro, eles pediram que seja liberada a exploração nas reservas, "porque sabemos o que estamos fazendo e nunca vamos deixar que nossa floresta acabe".

O ministro Maurício Corrêa disse que o Governo, em princípio, nada poderá fazer pelos caiapós uma vez que a proibição de exploração de madeira nas reservas foi tomada pela Justiça. Hoje de manhã, os índios vão se reunir com representantes da Funai e do Ibama, na sede da Funai, para discutir o problema. Assessores de Sydney Possuelo, presidente da Funai, adiantaram que não há dinheiro para a indenização pedida pelos índios.

**Denúncia** — O principal cacique da nação xavante, Aniceto Isudzanere, denunciou ontem à Ouvidoria-Geral da República o desvio de recursos destinados aos mais de oito mil índios de sua aldeia. Segundo ele, os funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai) dos postos do Mato Grosso, mais especificamente de Barra do Garça e Xavantina, seriam os principais

ADUTO CRUZ



Os caiapós reclamam da proibição do corte do mogno

responsáveis pelo desaparecimento de boa parte do dinheiro remetido de Brasília.

Além do desvio de recursos, o cacique denunciou os mesmos servidores da Funai de incitar os posseiros contra os índios de sua tribo. O cacique sugere ainda uma eventual cumplicidade do presidente da Funai, Sidney Possuelo, com as agressões e malversação de recursos.

**Prisões** — A Polícia Federal prendeu e espancou os índios José Ornilo Pereira e Genildo Francisco de Assis, que há 20 dias estão presos na sede da PF do Maranhão, em São Luís. O primeiro é índio guajajara e o segundo é do povo cambiuá, casado com uma guajajara, com quem tem cinco filhos. A denúncia é do Conselho Indigenista Missionário (CMI).

Segundo o Cimi, os dois índios foram presos por terem agido em legítima defesa ao reagirem contra os espancamentos e

maus tratos dos nove agentes da PF que, sob a alegação de repressão ao plantio de maconha, invadiram a aldeia Coquinho, em maio do ano passado. Na ocasião da operação ilegal dos policiais, pessoas idosas, mulheres e crianças foram ameaçadas e maltratadas, segundo dados do relatório da OAB — Maranhão e do Cimi divulgado na época.

Estranhamente, apenas o inquérito da PF contra os índios teve andamento e resultou nas prisões preventivas de José Ornilo e Genildo Francisco de Assis, em janeiro passado. Ornilo, o primeiro a ser preso, denunciou a membros do Cimi, em São Luís, durante uma visita no dia 26 de janeiro passado, que foi espancado por oito homens. O mesmo aconteceu a Genildo Francisco. A Funai entrou com pedido de habeas corpus, que foi negado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.